

**ÁREA TEMÁTICA: 2. HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA**

**SUB-ÁREA TEMÁTICA: 2.1. História Econômica e Social Brasileira**

**ARTIGO SUBMETIDO PARA SESSÕES ORDINÁRIAS**

**AUTOR: LEONARDO DIAS NUNES**

## **CORREÇÃO MONETÁRIA E TENSÕES SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1963-1974)**

### **RESUMO**

O presente artigo procura contribuir para a compreensão da difusão das ideias econômicas considerando a história econômica contemporânea do Brasil. Para tanto, contemplou-se o debate em torno da correção monetária devido ao impacto que este instrumento causou no bojo das reformas implementadas através da política econômica da ditadura militar. Para tanto, parte-se da hipótese que a partir do debate em torno da correção monetária pode-se apreender o debate em torno do desenvolvimento econômico do Brasil no período pós 1964.

Desta forma, primeiramente apresenta-se como o período do início da década de 1960 foi caracterizado como um momento de crise na sociedade brasileira cujo resultado foi a instauração da ditadura militar. Num segundo momento, se apresenta como foram difundidas as ideias econômicas em torno da correção monetária no diário *Folha de São Paulo*, assim como busca-se apresentar como tal instrumento de política econômica foi se tornando cada vez mais central na economia brasileira. Nas considerações finais se afirma com base nas seções anteriores que a correção monetária foi um importante instrumento de política econômica de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda.

**Palavras-chave:** Difusão das ideias econômicas – Reformas – Correção Monetária

### **ABSTRACT**

This work aims to contribute to the comprehension of the diffusion of economic ideas considering the contemporary Brazilian economic history. For that, it was contemplated the debate around of the price level accounting due to the impact which this monetary policy instrument caused in the bulge of the reforms implemented by Dictatorship Regime. For that, it parts of the hypothesis that it is possible to apprehend the development economic debate in the price level accounting debate.

Thus, in the second section it was presented the beginning of 1960s as a crises moment in the Brazilian society whose outcome was the Dictatorship Regime. And in the third section it was presented how was diffused the economic ideas around the price level accounting in the newspaper *Folha de São Paulo* and how this monetary policy instrument became central in the Brazilian economy. In the final remarks was said based on the previous sections that the price level accounting was an important monetary policy instrument of a development model that concentrated the income.

**Key words:** Diffusion of economics ideas – Reforms – Price Level Accounting

## Introdução

Quando se iniciou a década de 1960, era perceptível para todo observador que a economia brasileira estava num período de crise.<sup>1</sup> É isso que os dados estatísticos nos mostram com o baixo crescimento do PIB, a alta inflação e com os problemas de financiamento do investimento. Mas, no decorrer dos trinta anos anteriores também podemos encontrar este mesmo problema.<sup>2</sup>

Ao escrever sobre esta temática em seu estudo sobre o Estado e a industrialização, Sonia Draibe nos apresentou as três vias de desenvolvimento que disputavam interesses entre o período de 1930 até 1960. A *via conservadora* de desenvolvimento, que defendia os interesses do capital cafeeiro; a *via moderada*, que defendia os interesses da burguesia industrial; e a *via nacional e popular*, que defendia os interesses da classe operária. Logo, para a autora, o desfecho histórico ocorrido em 1964 foi fruto de um momento em que “estavam em curso e conflito tendências diferentes de direção política, isto é, de articulação de blocos históricos distintos nas questões do momento.”<sup>3</sup>

Ao ser instaurada, a ditadura militar tinha como necessidade e objetivo resolver os problemas que vinham se desenvolvendo na economia brasileira desde o início da década de 1960. Desta forma, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o governo de Humberto de Alencar Castello Branco buscava sanear estes problemas.

Um dos alicerces que fundamentavam a política financeira do novo programa governamental foi a reforma bancária que buscava “avançar mais um passo no sentido do estabelecimento de um Banco Central e conferir às Autoridades Monetárias autonomia relativamente maior.”<sup>4</sup> Foi com as reformas ocorridas a partir deste momento que o sistema financeiro nacional começou a ser modernizado e concentrado.<sup>5</sup> Durante o ano de 1964, a ditadura militar foi iniciada em abril, o PAEG foi lançado em novembro e a Lei N° 4.595 que versava sobre a criação do Banco Central foi sancionada por Castello Branco em 31 de dezembro. Entretanto, antes mesmo do lançamento do PAEG e da lei que criava o Banco Central, o governo de Castello Branco tomou medidas com o objetivo de recuperar “a taxa de aumento do produto real observado na década dos 50, além de medidas relacionadas com o fortalecimento da poupança pública, criando fontes de recursos não inflacionários para o governo.”<sup>6</sup> Uma dessas medidas de reforma institucional ocorreu quando foi sancionada por Castello Branco a Lei N° 4.357, de 16 de julho de 1964. Foi com o objetivo de conceder incentivos fiscais à poupança pessoal e à poupança das empresas que esta lei autorizava a criação das “Obriga-

<sup>1</sup> Thomas Skidmore. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 71.

<sup>2</sup> Sônia Draibe. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

<sup>3</sup> Draibe, op. cit., p. 33.

<sup>4</sup> BRASIL. Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966: (síntese). [Rio de Janeiro?]: EPEA, 1964. p. 73

<sup>5</sup> PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. In: **Nova Economia**. v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 233.

ções do Tesouro e das Letras Imobiliárias (estas últimas ligadas ao Sistema Financeiro da política habitacional) como instrumento de incentivo à poupança privada, por constituírem ativo não sujeito à perda de valor real em decorrência da inflação.”<sup>7</sup> Tais transformações institucionais realizadas pelo governo federal buscavam lidar com o problema do financiamento do investimento público existente e possibilitar que houvesse a acumulação de capital para que fossem atingidos os objetivos de crescimento econômico estabelecidos no PAEG.<sup>8</sup>

Outro instrumento de indiscutível importância foi a correção monetária. Como salientou Celso Furtado, “mediante uma certa política de preços, de câmbio e de crédito e o mecanismo da correção monetária pode-se orientar a inflação – processo de modificação da distribuição da renda – de forma que os efeitos redistributivos não se façam de maneira caótica e sim em função de objetivos predeterminados.”<sup>9</sup> Seguindo a mesma linha de raciocínio, podemos perceber a exposição de Júlio Sérgio Gomes de Almeida.

(...) as distorções identificadas pelos diagnósticos no setor financeiro (como de resto em outros setores) teriam origem nos efeitos da inflação. Em grande parte, portanto, a própria política anti-inflacionária encaminharia a solução. Este era o pensamento oficial, que, contudo, fazia constar uma ressalva: durante um certo tempo o sistema econômico deveria reagir à maneira antiga (“acostumado à inflação”), mesmo que fosse possível eliminar de vez todos os focos de inflação. Por outro lado, se a longo prazo a estabilidade era positiva para o mercado de crédito e de capitais, a curto prazo lhes retiraria a flexibilidade de captar “poupanças” pela “via inflacionária.” A correção monetária cobriria esse período de transição entre uma ordem e outra, ou ainda, entre uma forma e outra de captar “poupanças”.<sup>10</sup>

Em 1964, após a edição da Lei da correção monetária nos ativos monetários e financeiros, tinha-se a expectativa de criar uma maior organização da economia brasileira ao diminuir as distorções decorrentes da alta inflação. Com este instrumento de política econômica, também se buscava possibilitar a projeção do valor futuro da moeda, ou melhor, com tal instrumento buscava-se que fosse corrigida a desvalorização nominal da moeda, expediente importante numa economia capitalista cujas relações se dão através de contratos.

A correção monetária também foi um instrumento de política econômica que atingiu a todas as classes sociais, pois corrigia o valor do capital de empresas do setor produtivo, o valor das tarifas de serviços de utilidade pública, o valor dos financiamentos, o valor dos aluguéis, o valor dos tributos etc. Entretanto, cabe ressaltar que tal instrumento atingiu de forma desigual as classes sociais, e a não correção dos salários é um exemplo disso. Assim sendo, a correção monetária tendia a orientar as condutas de todos os indivíduos da sociedade brasileira, como pretendemos demonstrar. Foi esta a análise de João Paulo dos Reis Veloso, “um dos grandes problemas do Brasil a partir de então

<sup>7</sup> Ibidem, p. 234

<sup>8</sup> Uma apreciação deste debate pode ser encontrada em: Júlio Sérgio Gomes de Almeida. **As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59);

<sup>9</sup> Celso Furtado. **Análise do “modelo” brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 51.

<sup>10</sup> Júlio Sérgio Gomes de Almeida. **As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59), p. 23.

foi a indexação generalizada. Ou seja, aquela sementinha da correção monetária, que parecia inocente quando criada em 1964, passou a ter uso geral e chegamos a um altíssimo grau de indexação, com forte impacto sobre a inflação.”<sup>11</sup>

Ao perceber a grande importância que a correção monetária ganhou após ter sido criada em 1964, também percebemos, através da imprensa diária da época, como as classes sociais se manifestavam sobre tal instrumento de política econômica. Também deve ser mencionado que a utilização da correção monetária foi entendida como uma inovação na teoria econômica realizada no Brasil. As justificativas que amparavam a sua utilização passaram a fazer parte de um determinado senso comum sobre as ideias econômicas. No início da década de 1970, o economista Roberto Campos, fazia a defesa deste instituto.<sup>12</sup>

Podemos perceber a importância do debate ocorrido em torno da correção monetária. Afir-mamos então que o objeto de estudo deste artigo é a difusão do debate econômico em torno da correção monetária durante o período de 1963-1974. Nossos objetivos são, em primeiro lugar, apre-sentar as tensões sociais do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que levaram à adoção da correção monetária como instrumento de política econômica criado pelo governo militar – objeto de estudo da primeira seção deste artigo. Em segundo lugar, buscaremos apresentar como foram difundidas as ideias econômicas em torno da correção monetária no diário *Folha de São Paulo*, com o objetivo de mostrar como o referido instrumento de política econômica tornou-se um elemento central para a sociedade brasileira devido a sua capacidade de influenciar a distribuição de renda – objeto de estudo da segunda seção deste artigo.

Para tanto, a discussão em torno da correção monetária será tratada de forma sócio-política, ou seja, buscaremos compreender quais foram os fatores que fizeram com que a correção monetária fosse instituída e quais foram os resultados reais da utilização deste instrumento de política econômica. Ao realizar um estudo desta forma, certamente chegaremos às seguintes perguntas: quais foram as classes sociais que foram privilegiadas com a instituição da correção monetária? E quais foram as classes sociais que saíram prejudicadas? As respostas a estas perguntas podem nos apontar para a especificidade do modelo de desenvolvimento que o regime militar realizou no Brasil. Por fim, para percorrer todo este caminho, partimos da hipótese de que através da difusão do debate

---

<sup>11</sup> TEMPOS modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Co-autoria de Maria Celina D'Araujo, Celso Correa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997. p. 145.

<sup>12</sup> “O instituto da correção monetária foi inicialmente como uma tentativa de conviver com a inflação, ao invés de debelá-la. A crítica é teoricamente correta, mas praticamente desinteressante. É que as condições brasileiras impunham o “gradualismo” e a correção monetária foi essencialmente um instrumento para compatibilizar a inflação residual com o objetivo de preservar o estímulo à poupança e evitar distorções na alocação de recursos habitualmente atribuíveis à inflação. Inicialmente chocados com a engenhosidade brasileira em coabitar com a inflação, os círculos financeiros mundiais passaram a ver, hoje, com muito mais tolerância, quer o “gradualismo” quer o artifício da correção monetária. É possível que venhamos ainda a exportar know-how nessa matéria. Se não estamos em condições de exportar a virtude inatingível, já é algum conforto que tenhamos capacidade de exportar fórmulas para a neutralização do vício inevitável.” Julian M. Chacel; Mario Henrique Simonsen; Arnaldo Wald. A correção monetária. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1976. p. 11.

ocorrido em torno da utilização da correção monetária, podemos apreender o debate existente em torno dos modelos de desenvolvimento econômico.

## **2. Desenvolvimento econômico e inflação no Brasil**

Nesta primeira parte buscamos apresentar como os problemas do desenvolvimento econômico brasileiro, ocorrido entre as décadas de 1930 e 1960, criaram problemas de ordem estrutural que para resolvê-los era necessário que fossem realizadas grandes transformações institucionais. Assim, o desenvolvimento destas tensões teve como resultado histórico o golpe de 1964. Neste contexto, o novo regime instaurado, para lidar com o surto inflacionário, recorreu à correção monetária como um instrumento de política econômica que buscava fazer a transição entre um momento de alta inflação para um momento de baixa. De acordo com a nomenclatura utilizada à época, este era um tratamento gradual de combate ao processo inflacionário.

O novo contexto em que a sociedade brasileira foi colocada após o Golpe de 1964 transformou-a profundamente. Na opinião de um intérprete do período, “por quaisquer cálculos, a economia brasileira se achava em extremas dificuldades no ano de 1964.”<sup>13</sup> Entretanto, não há como dissertar sobre o período posterior a 1964 sem fazermos uma breve síntese sobre o que foi o desenvolvimento capitalista do Brasil nas três décadas anteriores, pois foi na década de 1960 que se tornaram insolúveis os problemas que foram sendo criados no processo do período desenvolvimentista brasileiro.

No que se refere à análise das tensões que cresciam na sociedade brasileira desde 1930, João Manuel Cardoso de Mello aponta as questões de ordem agrária, social-urbana, nacional e a do financiamento como sendo os quatro principais problemas que se gestaram na sociedade brasileira nestas décadas, e as relaciona com o contexto da crise do início da década de 1960, momento em que estes problemas se intensificaram devido ao modo que o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

Sobre os problemas da questão agrária, João Manuel Cardoso de Mello nos afirma que não havia oposição por parte dos grandes proprietários agrícolas à industrialização, desde que fosse mantida a fronteira agrícola em deslocamento. Isto fazia com que fosse mantido o elevado padrão de concentração fundiária e que ocorresse o amortecimento dos conflitos sociais no campo.

Este arranjo materializava a articulação dos interesses encontrados no campo e na indústria. E, para Cardoso de Mello, dois exemplos dos grandes articuladores deste arranjo eram Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães, homens que buscavam manter a industrialização com a dinâmica da grande propriedade rural. Para os representantes desta articulação, não existiam restrições à industrialização, mas qualquer mudança nas relações de trabalho no campo era obstruída.

---

<sup>13</sup> Skidmore, op. cit., p.68

Neste momento, era interrogado como o país iria se integrar ao mundo, que estava diretamente ligada à questão do financiamento. No tocante a esta questão, Cardoso de Mello afirma que na década de 1960, o Brasil possuía um parque industrial construído, todavia seu comércio exterior não respaldava a modernização produtiva. Tal fato era demonstrado através da dependência que o comércio exterior do país possuía em relação às exportações de café.<sup>14</sup>

O problema do financiamento podia ser dividido em dois pontos para Cardoso de Mello. Por um lado, o setor público possuía problemas em seu financiamento devido à base tributária estreita, apesar do percentual arrecado pelo Estado ter aumentado nesse período, os seus gastos com a formação bruta de capital fixo também aumentaram. Consequentemente, tal fato causava problemas ao financiamento das empresas estatais.

Para demonstrar que este problema já ocorria nas décadas anteriores, Sonia Draibe diz que no curto período de 1930-1945 condensaram-se simultaneamente “as múltiplas faces de um projeto de organização de estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial.”<sup>15</sup>

Desta forma, mesmo tendo sido elevada a participação da União “no volume total da receita, a sua situação financeira foi crescentemente agravada, pois se acentuavam os compromissos do Estado com os programas sociais e econômicos.”<sup>16</sup> A autora continua sua linha de argumentação ao dizer que as transformações ocorridas na base tributária não foram suficientes para arcar com os gastos “tradicionais” do Estado.

Sendo que os pontos apresentados acima foram apresentados por interpretes do período que realizaram suas análises décadas após terem acontecido os fatos, nos parece relevante apresentar também a interpretação daqueles que viveram este período e participaram ativamente do debate acerca do desenvolvimento econômico do Brasil.

Ao escrever sobre a década de 1950 quando se iniciava a década de 1970, Celso Furtado deixava bem claro como se desenvolvia o capitalismo no Brasil, num momento em que a empresa multinacional ganhava grande poder no interior das economias nacionais. Assim, os bens de capital importados dos países desenvolvidos tinham a capacidade de produzir os produtos que as classes médias e altas lá consumiam, entretanto, no Brasil, apenas uma minoria podia adquirir tais bens

---

<sup>14</sup> A participação das exportações de café na pauta exportadora brasileira correspondia a 71% desta em 1953, a 53% em 1963, a 20% em 1973 e, finalmente, a 10% em 1975. (IPEA-DATA)

<sup>15</sup> Draibe, **Rumos...**, op. cit., p. 45

<sup>16</sup> Ibidem, p. 102

devido à baixa renda per capita da população.<sup>17</sup> Tal realidade também foi captada por Aníbal Pinto quando o autor caracterizou os estilos de desenvolvimento do Brasil e da América Latina.<sup>18</sup>

Diante desta realidade, a difusão dos avanços do progresso técnico era dificultada na sociedade brasileira. Em consequência disso, o mimetismo cultural e a concentração de renda eram duas características da dependência brasileira. Dependência que fazia com que se perpetuasse no Brasil o que Florestan Fernandes chamava de capitalismo selvagem mantenedor do *status quo*.<sup>19</sup>

Esta forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil desde meados da década de 1940 chegou ao seu limite durante os Governos de Janio Quadros e João Goulart. De acordo com as idéias de Octávio Ianni, tais governos não tinham a capacidade de “resolver as contradições herdadas do Governo Kubitschek.”<sup>20</sup> Desta forma, capitalismo nacional e capitalismo associado já não tinham como conciliarem-se.

Foi diante desta crise apontada por Octávio Ianni que, em 1962, Celso Furtado elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e, após o movimento militar de 1964, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). De maneira distinta, cada um destes documentos possuía um diagnóstico da economia brasileira e as medidas que seriam tomadas para tirar a economia do país da crise. Por isso, podemos observar tais documentos como uma importante fonte de informações sobre o período.

O Plano Trienal foi publicado em dezembro de 1962, onde era apresentado como o governo de João Goulart corrigiria os desequilíbrios da sociedade brasileira através do planejamento econômico, da estabilidade econômica e das diretrizes para as Reformas de Base requeridas pelo processo de desenvolvimento econômico. Este documento foi elaborado no contexto político da *Carta de Punta Del Este*<sup>21</sup>, momento em que o governo norte-americano se comprometia em apoiar os governos latino-americanos na realização de planos de desenvolvimento econômico.

No que se refere à reforma bancária preconizada pelo Plano, um assunto que nos importa neste artigo, o autor ofereceu o diagnóstico então existente. Dizia que as normas regulamentadoras dos bancos comerciais estavam em diversos textos legais, que possuíam lacunas e que eram datadas da década de 1920. No que dizia respeito às normas para as companhias de investimento e financiamento, estas pouco existiam, pois eram instituições novas no país.<sup>22</sup> Assim, a reforma bancária possuía os objetivos de aumentar a especialização das instituições financeiras privadas, mostrando

<sup>17</sup> Furtado, *Análise do...*, op. cit., p. 30-31.

<sup>18</sup> Aníbal Pinto. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen II. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe. p. 610.

<sup>19</sup> Florestan Fernandes. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2009. p. 49-50.

<sup>20</sup> Octávio Ianni. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979. p. 192-193.

<sup>21</sup> No contexto em que foi escrita a Carta de Punta Del Este houve uma convergência entre os governos norte-americano e latino-americanos devido à revolução socialista em Cuba. Desta forma, houve uma aprofundamento da Guerra Fria na América Latina.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 427.



quais seriam as responsabilidades e as sanções as quais seus administradores estavam sujeitos e caracterizar melhor os poderes das autoridades monetárias.<sup>23</sup>

Tendo estas informações em mente, resta-nos compreender como a reforma bancária contribuiria para a consecução das expectativas desenhadas pelo Plano Trienal. Furtado afirmava que as decisões mais importantes sobre o desenvolvimento econômico diziam respeito ao processo de formação de capital, da poupança e do investimento. Logo, percebemos que, para Furtado, a acumulação de capital com distribuição de renda era uma importante característica do desenvolvimento econômico. E diretamente relacionada a este assunto, estavam ligadas a oferta de recursos no mercado de capitais, as expectativas de lucros e a estabilidade institucional. Assim sendo, era necessário a orientação centralizada do processo de acumulação de capital em países subdesenvolvidos, pois ele causava rápidas e profundas transformações estruturais que, conseqüentemente, causavam desequilíbrios na economia.<sup>24</sup>

Desta forma, com a planificação do dispêndio público, o autor estava preocupado em compatibilizar os investimentos privados, a política salarial e o setor externo.<sup>25</sup> Para realizar tal compatibilização o Plano sugeria a implementação de medidas de ação convergentes, quais sejam: “a) elevação da carga fiscal; b) redução do dispêndio público programado; c) captação de recursos do setor privado no mercado de capitais; e d) mobilização de recursos monetários.”<sup>26</sup>

Após ler a argumentação de Celso Furtado, entendemos a importância da reforma bancária, pois, para o autor do Plano “a conjugação de todos estes fatores exige uma estrita coerência das políticas fiscal, monetária, de câmbio e salarial, o que não é tarefa simples, particularmente inexistindo um autêntico Banco Central. As reformas bancária e administrativa propostas neste Plano virão a facilitar a consecução desse objetivo”.<sup>27</sup>

Com esta digressão percebemos que a reforma bancária preconizada no Plano Trienal buscava contribuir para a consecução das expectativas desenhadas neste Plano através da formação de um Banco Central, que auxiliaria as ações convergentes acima expostas, que, por sua vez, buscavam manter um nível adequado de investimento para a manutenção do desenvolvimento econômico e diminuir a pressão inflacionária. Entretanto, sabemos que o Plano Trienal não teve êxito e que, em abril de 1964, o governo de João Goulart foi derrubado do poder pelos militares. Como exposto acima, tais militares também buscaram programar suas ações no que se referia à política econômica, e desta forma elaboraram o PAEG.

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 427-428.

<sup>24</sup> Celso Furtado. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009. p. 176-177.

<sup>25</sup> “Isolando estes dois fatores [política salarial e setor externo], a possibilidade de corrigir o desequilíbrio inflacionário dependerá, basicamente, da forma de financiar o déficit do Tesouro e da política de crédito com respeito ao setor privado.” Ibidem, p. 96

<sup>26</sup> Ibidem, p. 97

<sup>27</sup> Ibidem, p. 97

Publicado em novembro de 1964, o PAEG apresentava o escopo e objetivos do programa de governo. Mesmo estando à frente de uma ditadura militar, os elaboradores do programa diziam ter a preocupação com o planejamento econômico em uma economia democrática.<sup>28</sup> Os principais objetivos do programa eram possibilitar a aceleração do desenvolvimento econômico do país ao elevar o índice de crescimento do produto real, em 1965 e 1966, para 6%, conter o processo inflacionário, evitar o descontrole dos déficits do balanço de pagamentos, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais e realizar uma política que oferecesse oportunidade de emprego à mão-de-obra que chegava ao mercado de trabalho.<sup>29</sup>

Para realizar tais objetivos, o governo lançou mão da política financeira, da política econômica internacional e da política de produtividade social, que eram os três principais instrumentos de ação do programa.

A política econômica internacional era constituída pela política cambial e de comércio exterior e pelos objetivos de consolidar a dívida externa e de estimular a entrada de capitais estrangeiros. Partia das premissas de que havia vantagens na divisão internacional do trabalho, de que o capital estrangeiro poderia ter uma importante função no investimento externo e, por fim, os conhecimentos advindos da tecnologia produzida no exterior poderiam aumentar a produtividade dos fatores de produção do país.<sup>30</sup> Estas três premissas se apresentam em um contexto histórico no qual o desenvolvimento econômico possuía um sentido nacional e fazia sentido para o governo realizar uma aliança com a burguesia nacional. Assim, o governo buscava manter taxa de câmbio que mantivesse competitivos os produtos nacionais nos mercados internacionais, simplificar o processo burocrático para a exportação e concessão de estímulos cambiais e fiscais e, por fim, adotaria novas práticas para financiar as exportações.<sup>31</sup>

A política de produtividade social era composta pelas políticas salarial, agrária, habitacional e educacional. Como parte do diagnóstico da economia elaborado pelo governo dizia que era necessária a criação de um milhão e cem mil novos postos de trabalho para que não se proliferasse o desemprego estrutural, seriam realizados investimentos em áreas de baixa densidade de capital. Desta forma, seria realizado um estímulo à construção civil e à realização da reforma agrária, para que novos postos de trabalho fossem criados na área urbana e rural.

A política financeira era constituída pelo objetivo de redução do déficit orçamentário, pela política monetária, tributária, bancária e de investimentos públicos. No que se refere à política monetária, esta seria conduzida para combater a inflação e estava fundamentada nos seguintes princípios: “a) a contenção do processo de expansão monetária deverá ter como origem autônoma a pro-

---

<sup>28</sup> BRASIL. Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966: (síntese). [Rio de Janeiro]: EPEA, 1964. p. 13.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 15

<sup>30</sup> Ibidem, p. 47

<sup>31</sup> Ibidem, p. 47

gressiva redução dos déficits governamentais; b) a política de crédito às empresas deverá ser suficientemente controlada para impedir os excessos de inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos.”<sup>32</sup>

Já a política tributária, buscava atender os objetivos “financeiro, de arrecadar recursos para o Governo; social, de reduzir as desigualdades individuais de renda e de riqueza; econômico, de orientar as atividades do País de melhor forma que o faria o livre jogo das forças de mercado.”<sup>33</sup> Para tanto, visava realizar uma reforma tributária de emergência, cujos princípios eram “a) obter os recursos adicionais não inflacionários para a cobertura do déficit da União; b) aliviar a tributação sobre os rendimentos ilusórios, ligados ao processo inflacionário; c) eliminar os incentivos que a inflação trazia ao atraso no pagamento dos impostos; d) estimular a formação de poupanças individuais; e) recuperar o prestígio da dívida pública, abrindo a perspectiva da subscrição voluntária de títulos.”<sup>34</sup>

Por fim, o ponto que mais nos interessa da política financeira do plano governamental, a reforma bancária. Através deste expediente o governo buscava corrigir “a passividade das Autoridades Monetárias em relação ao déficit público.”<sup>35</sup> Tal déficit, segundo o documento governamental, expandia-se devido ao crédito oferecido por estas autoridades. Por isso, dentre os objetivos da reforma bancária estava a criação de um Banco Central e atribuir maior autonomia às autoridades monetárias. Desta forma, a política financeira governamental ficaria a cargo do Banco Central que faria a distribuição dos recursos disponíveis, assim como a autoridade monetária se tornaria independente do governo federal.

Com a reforma bancária seria criado o Conselho Monetário Nacional (CNM), o órgão de cúpula da política monetária do país. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) se tornaria o órgão executivo. Por fim, as carteiras de Redesconto e de Câmbio sairiam da alçada do Banco do Brasil e iriam para a SUMOC. Através destas e outras mudanças, era a intenção do Governo:

a) conceder estímulos fiscais, particularmente através do imposto de renda, às sociedades anônimas abertas; b) dentro de uma política geral de estímulos fiscais à poupança, incentivar especialmente as aplicações das poupanças pessoais na subscrição de novas ações de sociedades anônimas abertas; c) reestruturar as sociedades de investimentos, protegendo o público no que diz respeito ao lançamento de novas ações; d) reorganizar as bolsas de valores, dando maior seletividade às suas transações.<sup>36</sup>

Diante destas transformações buscadas pelo novo governo, Thomas Skidmore as analisou como sendo o reflexo da incapacidade do governo de realizar complexas políticas econômicas.<sup>37</sup>

<sup>32</sup> Ibidem, p. 64

<sup>33</sup> Ibidem, p. 77

<sup>34</sup> Ibidem, p. 79

<sup>35</sup> Ibidem, p. 63

<sup>36</sup> BRASIL. **Programa de...**, op. cit., p. 74

<sup>37</sup> “A formulação de políticas era apenas o primeiro passo. Muito mais difícil iria ser aplicá-las. Nenhum observador perspicaz poderia ter deixado de notar que no início dos anos 60 o Brasil não possuía capacidade administrativa para implementar complexas políti-

Mesmo não nos aprofundando mais nas transformações da política econômica, cabe salientar que as reformas realizadas pelo novo governo surtiram efeito. Basta comparar as informações sobre a economia entre os períodos de 1964-67 e 1968-73. No período de 1964 a 1967, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 4,2% ao ano, a inflação galopava a 45%, as exportações cresceram mais que as importações, 4,1% e 2,7%, respectivamente. Assim, a balança comercial possuía um saldo de US\$ 412,00 milhões de dólares e o saldo da conta corrente era de US\$ 15 milhões de dólares.<sup>38</sup> Estes são apenas alguns dados acerca deste período que por muitos autores foi analisado.<sup>39</sup>

No que se refere ao período posterior, de 1968 a 1973, percebemos algumas variações destes indicadores. O crescimento do PIB foi de 11,1% ao ano, a inflação chegou ao patamar de 19,1%, as exportações cresceram 24,6% e as importações 27,5%. A balança comercial estava com o saldo zerado e o saldo em conta corrente era de US\$ -1.198 milhões de dólares.<sup>40</sup>

Análises relativas à política econômica realizada pelos governos militares e de seus resultados já foram feitas por estudiosos da economia e sociedade brasileira.<sup>41</sup> No momento, nosso objetivo é mais modesto. Percebemos, em primeiro lugar, que tanto o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social quanto o PAEG possuíam grande preocupação com a inflação, este era um grande problema da sociedade brasileira que muito influenciava na formação e reprodução do capital, assim como na distribuição de renda.<sup>42</sup>

Já no que se refere às taxas de inflação desde 1956 até 1974, percebemos que o processo de aceleração inflacionária brasileiro iniciou-se em 1956, juntamente com o governo de Juscelino Kubitschek e que teve seu pico em 1964, quando ultrapassou a barreira dos 90% ao ano. Por isso que a discussão sobre tal fenômeno possuía um privilegiado espaço na sociedade.

---

cas econômicas. O estilo de governo voltado para questões específicas, como acontecia nos anos 50, era mais compatível com um período de expansão econômica do que com uma fase de dificuldades. Por isso nenhum governo que se instalasse no começo de 1964, fosse de direita ou de esquerda, poderia ter evitado a necessidade de uma reforma institucional.” Skidmore, **Brasil de Castelo...**, op. cit., p. 71

<sup>38</sup> Fábio Giambiagi. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. p. 418.

<sup>39</sup> “Em seus níveis principais, a política econômica governamental modificou as condições de funcionamento dos mercados de capital e da força de trabalho. Isto é, reformulou as relações de produção, segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado. Em particular, ela criou novas possibilidades para o funcionamento e a expansão da empresa privada, nacional e estrangeira. Nos termos em que se executaram as diretrizes do PAEG, a ação estatal tornou-se ainda mais decisiva, para o conjunto da economia do País. Para que a empresa privada pudesse funcionar em condições (inclusive não econômicas) melhores e florescer, o Estado foi levado a interferir de modo ainda mais profundo e sistemático nas relações econômicas internas e externas.” Ianni, **Estado e...**, op. cit., p. 233.

<sup>40</sup> Giambiagi, op. cit., p. 418

<sup>41</sup> Júlio Sérgio Gomes de Almeida. **As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59); José Pedro Macarini. A política bancária do regime militar o projeto de conglomerado (1967-1973). In **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 343-369, dez. 2007.

<sup>42</sup> Em 1960, os 1% mais ricos da sociedade brasileira detinham 28% da renda total do país e os 50% mais pobres detinham 15% da renda total do país. In: TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 200.

É lógico que este processo também preocupava os formuladores de política econômica, pois, como nos mostrou Keynes,<sup>43</sup> as variações no valor da moeda só são importantes na medida em que se dão de maneira desigual. Ou seja, o processo inflacionário ocorre conjuntamente com uma distribuição desigual da renda. Por isso, um fenômeno aparentemente monetário, originado na base real da economia, é causador de problemas sociais que preocupam tanto o formulador de política econômica como aqueles que mais são desfavorecidos por ele.

Ignácio Rangel fez uma profunda análise do fenômeno inflacionário brasileiro. Em sua obra de 1963, *A inflação brasileira*, debateu com estruturalistas e monetaristas a respeito do caráter da inflação brasileira. O autor percebia a correlação existente entre a variação do meio circulante e a variação do índice geral de preços. Entretanto, discordava daqueles que defendiam a tese de que os preços subiam porque o governo emitia moeda.<sup>44</sup>

Para Rangel, a equação trocas deveria ser reescrita para compreender a realidade brasileira, transformando-a na seguinte desigualdade:  $MV < P(1)T$ . A consequência desta alteração no nível de preços fazia com que parte do produto produzido pelas empresas fosse retirada de circulação. Desta forma, a equação era reescrita da seguinte maneira:  $MV = P(1) (T - t)$ . Nesta nova equação, (t) era o produto retirado de circulação.<sup>45</sup>

As duas consequências desta alteração na equação de trocas seriam a retenção do produto e a redução do fluxo de pagamentos aos fatores. Logo, teoricamente, a economia brasileira caminhava para a depressão. Todavia, no Brasil, o aumento do nível de preços induzia uma elevação no primeiro membro da equação de trocas.

Com o aumento dos estoques das empresas, estas aumentavam o seu ativo realizável e diminuía o ativo disponível. Assim, para continuar funcionando, o empresário recorria ao sistema bancário para reequilibrar seu ativo disponível. Este o socorria, mas tal fato também o afetava negativamente, que, por consequência, recorria ao Banco do Brasil. Por fim, para reequilibrar o caixa do Banco do Brasil, o governo emitia moeda. Portanto, para Rangel, “a emissão não é o ponto de partida da inflação, mas o seu ponto de chegada, isto é, sua culminação.”<sup>46</sup> Com a emissão de moeda pelo governo, os mercados reabsorveriam os excedentes estocados temporariamente, o próprio governo auferia valor ao novo meio circulante criado e, através dos depósitos compulsórios, uma nova quantidade de recursos era injetada na economia.

<sup>43</sup> John Maynard Keynes. Consequências das alterações no valor da moeda para a sociedade. In: **John Maynard Keynes: economia** / organizador: Tamás Szmrecsányi: 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

<sup>44</sup> “Descoberta a correlação entre a variação do índice de preços e a do volume do meio circulante, os monetaristas saltaram sem maior exame para o postulado de que era o governo federal o responsável pela inflação, visto como é ele que, emitindo dinheiro, faz variar o volume do meio circulante. O ato de emitir emerge, assim, como o fiat genesiaco de todo o processo inflacionário.

Ora, a verdade é que a teoria monetária não nos diz que devemos excluir de plano a possibilidade de que a variação do volume de meio circulante seja um efeito induzido da elevação do índice geral de preços, em vez de causa dessa elevação. Isto não é questão de teoria, mas de fato, que importa constatar.” Ignácio Rangel. *A inflação brasileira*. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I, p. 562.

<sup>45</sup> Rangel, op. cit., p. 562-563.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 564

Mesmo percorrendo o sinuoso caminho elaborado por Rangel, ainda não apresentamos qual era a origem real da alteração do nível de preços. O autor afirmava que tanto os monetaristas como os estruturalistas defendiam que os preços subiam devido à existência de uma insuficiência de oferta. Para aqueles era uma insuficiência global, para estes era uma insuficiência setorial.

Diferentemente destas duas correntes teóricas, Rangel investigava a origem da inflação na demanda, e, ao observar o comportamento dos oligopsônios e dos oligopólios que atuavam no setor agrícola, percebeu a anomalia que fazia com que os preços subissem. Esta anomalia possuía uma natureza mercantil, pois tais oligopsônios e oligopólios faziam a intermediação entre os produtores e os consumidores dos produtos agrícolas. Devido à característica estrutural deste mercado, tinham o poder de fixar o preço de compra e o preço de venda destes produtos.

Como consequência da atuação destes agentes, os assalariados passavam a gastar um maior percentual de sua renda com produtos alimentícios e conseqüentemente diminuía o gasto com os bens de consumo durável. Este era o mecanismo que acionava o aumento dos estoques nas empresas, mencionado logo acima e que resultava em emissões de moeda realizadas pelo governo.

Mas a inflação possuía uma importante função na sociedade brasileira: mantinha a taxa de imobilização do sistema. Com a alta inflação, era diminuída a preferência pela liquidez, fato que influenciava uma antecipação dos gastos das famílias, assim elas não perderiam seu poder de compra, da mesma forma que o Estado e as empresas realizavam investimentos para proteger o capital da corrosão inflacionária.

Este era o caráter que possuía a inflação brasileira de acordo com as análises de Rangel. Portanto, em sua opinião, aqueles que conduziram a política econômica do país deveriam ter em mente a especificidade da inflação brasileira e não buscar liquidá-la de uma só vez, sem ter outro instrumento de política econômica para substituí-la. Devido a estas preocupações, entendemos porque Rangel comemorou a criação da cláusula da correção monetária em 1964, logo após o golpe militar. Tal fato advinha da constatação de que este novo instrumento de política econômica poderia substituir a inflação de maneira gradual.<sup>47</sup>

Desta forma, com o intuito de minimizar os desequilíbrios causados pela inflação, em julho de 1964, sob o comando de Roberto Campos<sup>48</sup> e Octávio Gouveia Bulhões, foi estabelecida a correção monetária e a economia brasileira, aos poucos, se tornaria indexada. Assim, os preços de setores ligados à produção começaram a ser reajustados por um índice que levava em conta a variação nominal do poder de compra da moeda.

<sup>47</sup> Gilberto Paim. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In. Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1: 1994: Florianópolis, SC). **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos. [et al]; Armen Mamigonian, org. - Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997. p. 13.

<sup>48</sup> Para uma análise do pensamento de Roberto Campos ver: MADI, Maria Alejandra Caporale (autor); AURELIANO, Liana Maria (orient.). **A vanguarda do pensamento conservador: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964**. 1985. 232f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

Este instrumento de política econômica teve importantes consequências no conflito distributivo existente na sociedade brasileira, pois buscava atenuar a inflação e devolver vigor ao crescimento da economia brasileira.

Com o intuito de demonstrar como a correção monetária se tornou um elemento central da economia brasileira após ter sido editada em julho de 1964, na próxima parte deste artigo, apresentaremos as posições das classes sociais sobre este instrumento de política econômica encontradas no diário *Folha de São Paulo*.

### 3. A difusão da correção monetária na imprensa

Na primeira parte deste artigo vimos como a inflação surgia na década de 1960 como um importante problema econômico a ser resolvido pelos formuladores de política econômica e apresentamos o inovador instrumento de política econômica que era a correção monetária, cuja utilização favorecia apenas alguns setores estratégicos da economia brasileira. Nesta segunda parte buscamos apresentar como ocorreu a difusão do debate em torno da correção monetária na imprensa através do diário *Folha de São Paulo*. Pois, diante do aparecimento de tal inovação na política econômica, cabe-nos investigar como as classes sociais reagiram a ela.

Diante da constatação de que a correção monetária foi reservada para poucas áreas, como frisou Mario Henrique Simonsen, precisamente aquelas que mais estimulavam a produção, podemos perceber o conflito social criado em torno deste instrumento de política econômica, pois todos queriam ter rendimentos corrigidos num contexto de alta inflação.

Os homens que assinaram o primeiro Ato Institucional, em 1964, diziam ter como objetivos a reconstrução econômica, financeira, política e moral do país.<sup>49</sup> Um dos instrumentos que os militares utilizaram para que fossem alcançados os objetivos apresentados acima foi o arrocho salarial. O resultado deste instrumento pode ser percebido nas reivindicações dos trabalhadores.

Em meio a este contexto, as notícias presentes no diário *Folha São Paulo* nos mostram uma face do conflito distributivo contido em torno da correção monetária. Os metalúrgicos de São Paulo, em setembro de 1964, demonstravam a insatisfação em não terem seus salários reajustados.<sup>50</sup>

Já o editorial do diário a *Folha de São Paulo* reivindicava a correção monetária para todos os casos da economia. Caso isso ocorresse, cabe-nos frisar, este instrumento perderia a sua utilidade principal de concentrar a renda em um setor da economia.<sup>51</sup>

<sup>49</sup> BRASIL. Senado Federal. Atos institucionais 1 a 6. Brasília, DF: [s.n.], [19- ]. p. 7.

<sup>50</sup> “Os metalúrgicos de São Paulo realizarão assembléia geral extraordinária no próximo dia 23 às 19 horas, na sede de seu sindicato, na rua do Carmo, 171, para debater problemas (ilegí-vel) ao reajustamento de seus salários. Uma das reivindicações a ser feita consiste na aplicação do decreto de correção monetária no (ilegível) reajustamento, a exemplo do que ocorre na fixação dos vencimentos do presidente da República, em consequência da aplicação do decreto legislativo nº 40, de 20 de agosto último.” **Folha de São Paulo**. Trabalho. São Paulo, 15 de setembro de 1964. 2º cad. pag. 4.

No ano de 1965 as reivindicações salariais aumentavam, pois os salários estavam desatualizados. A luta por aumento do salário expressa nas páginas do diário era consequência da não correção do salário mínimo neste período.<sup>52</sup> Por outro lado, os industriais receberam com bons olhos o novo fundo de investimento federal realizado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).<sup>53</sup>

Mas voltando para os assuntos relacionados aos assalariados, estes também lutavam contra o Ato Institucional que, de acordo com suas diretrizes, proibia que fossem aumentadas as despesas da União. Portanto, o aumento salarial era considerado anticonstitucional neste momento.<sup>54</sup> Neste mesmo ano, em 27 de outubro de 1965, o segundo Ato Institucional foi editado por Castello Branco. Seus objetivos continuavam sendo o de extinguir o governo que afundava o país na corrupção e na subversão. Paulatinamente, aumentava-se a repressão social realizada pelo regime.<sup>55</sup>

No ano seguinte, em cinco de fevereiro de 1966, foi editado por Castello Branco o terceiro Ato Institucional. Neste documento eram apresentadas à população as normas que deveriam ser obedecidas nas eleições do ano de 1967, cujo conteúdo informava que as eleições seriam indiretas para governadores e vice-governo de Estado, da mesma forma que se alterava o processo de eleição dos prefeitos das capitais de estados. Meses depois da edição do AI-3, encontramos críticas ao programa governamental, o PAEG. Seus críticos afirmavam que o programa havia tomado novos rumos em relação aos seus primeiros objetivos.<sup>56</sup>

<sup>51</sup> “Pois se o governo existe para servir o povo, não se entende que a cláusula da correção mo-netária só tenha em vista os débitos para com o Tesouro. Nem que seja introduzida de ma-neira isolada numa lei ou noutra, ou melhor, naquelas leis que asseguram canalização do maior volume de dinheiro para o governo. O princípio da correção monetária deveria ser estabelecido como norma geral a ser aplicada em todos os casos (...).” **Folha de São Paulo**. Correção Monetária. São Paulo, 29 de setembro de 1964. 1º cad. pag. 4.

<sup>52</sup> “A diretoria da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo enviou ofício ao sr. Arnaldo Susekind, ministro do Trabalho e Previdência Social, solicitando decretação urgente de novos níveis de salário mínimo em virtude da desatualização dos salários vigentes, insuficientes para a subsistência do trabalhador. [...] Não haveria (ilegível) justiça maior diz o ofício do que aplicar o princípio da correção mo-netária sobre os novos níveis salariais.” **Folha de São Paulo**. Pedida correção monetária sobre o novo salário mínimo. São Paulo, 30 de jan. de 1965, 1º cad. pag. 8.

<sup>53</sup> “O sr. José Garrido Torres, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, explicou hoje o funcionamento e objetivos do Fundo de Financiamento para Aquisições de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) à industriais reunidos na sede do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara. (...) Informou adiante que os juros para as operações do FINAME serão acessíveis, como foi reconhecido recentemente pelos industriais paulistas em recente contato que com eles manteve na FIESP, pois, incluindo a correção monetária máxima de 25% não ultrapassando 37% ao ano, o que é perfeitamente compatível com o mercado financeiro atual.” **Folha de São Paulo**. Finame poderá começar a operar na próxima semana. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad. p. 10.

<sup>54</sup> “O projeto estabelece a correção nos reajustes salariais e nos benefícios concedidos pelos Institutos da Previdência entrou na ordem do dia de hoje da Câmara Federal, mas voltou às comissões porque foi emendado pela Comissão de Legislação Social. Amanhã deve retornar ao plenário para a votação. [...] o deputado Pedrosa Júnior (PTB-SP) levantou a questão de ordem em plenário perguntando por que a Comissão de Constituição e Justiça deu parecer pela constitucionalidade do projeto, uma vez que o mesmo vai aumentar as despesas da União, o que está proibido pelo Ato Institucional.” **Folha de São Paulo**. Salários: Câmara vota a correção monetária hoje. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad. pag. 8.

<sup>55</sup> (BRASIL, [19- ], p. 14).

<sup>56</sup> “A redução da capacidade de consumo da grande maioria da população não se concretiza, portanto, em aumento da poupança individual, nem em aumento generalizado da poupança, livre para investimentos, no âmbito das empresas. Só os serviços de utilidade pública e certos empreendimentos agrícolas passaram a dispor de maiores recursos para investimentos. Com essas ressalvas, o que ocorreu de forma generalizada, foi uma significativa transferência de recursos do setor privado para o Governo federal.” **Folha de São Paulo**. Maiores desvios do PAEG ocorreram no balanço de pagamentos. São Paulo. 13 de mai. de 1966, 1º cad. pag., 16.



No mês de abril, o senhor Sérgio Roberto Ugolini analisava a resolução n° 21 e dizia que o custo do dinheiro havia sido reduzido para os empresários e que o teto para a correção monetária auxiliaria os empresários em tomar decisões quanto ao investimento.<sup>57</sup>

Já no dia sete de dezembro foi editado o quarto Ato Institucional. O governo de Castello Branco considerava que havia se tornado “imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução.”<sup>58</sup> Neste documento, o Congresso Nacional foi convocado para se reunir de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para promulgar um novo texto constitucional.

Quando o ano 1967 entrava em seu terceiro mês, a ditadura militar trocou seu comando. No dia 15 de março deste ano, Arthur Costa e Silva, Ministro da Guerra durante o governo de Castello Branco, tornou-se o novo presidente. Alguns dias antes da referida posse presidencial, o diário *Folha de São Paulo* noticiava como o reajuste dos aluguéis havia sido maior que o reajuste que os mutuários do BNH pagavam, mostrando como estes eram privilegiados em relação àqueles. Ou seja, no interior da classe trabalhadora havia um grupo que foi privilegiado com a correção monetária.<sup>59</sup> Desta forma, muitos trabalhadores continuavam a lutar para que o salário mínimo fosse reajustado, pois muitos haviam contraído financiamento da casa própria com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e não conseguiam pagar as parcelas do financiamento, pois estas eram reajustadas de acordo com os índices da correção monetária.<sup>60</sup>

Desta forma, diante do problema dos mutuários do BNH, o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) anunciou uma nova carteira de empréstimos para a compra da casa própria. Este expediente demonstrou como os mutuários do BNH eram prejudicados com a correção monetária, mas esta condição, como veremos, foi se transformando com o tempo.<sup>61</sup> Assim, alguns meses depois, o

<sup>57</sup> “Do ponto de vista empresarial, a medida apresenta o mérito de pressionar a diminuição do custo do dinheiro. A solução encontrada pelas autoridades monetárias, de fixar a correção monetária para o tomador de empréstimo de até 12% anuais, representa sensível diminuição, em comparação com as taxas vigentes no mercado. Por outro lado, as autoridades conseguiram, através da fixação de um teto, resolver o problema da avaliação do custo do dinheiro “a posteriori”, decorrente da substituição do deságio pela correção monetária.” **Folha de São Paulo**. FIESP debate Resolução 21 e fixa a posição da indústria. São Paulo, 7 de abril de 1966. 1° cad. pag. 11.

<sup>58</sup> BRASIL, [19- ], p. 29.

<sup>59</sup> “Informou o sr. Mario Trindade que o total de correção monetária que o BNH cobrou no ano passado foi de 34% enquanto o índice para os aluguéis foi de 74%. O proletariado aceita esse sistema com mais facilidade que a classe média, que, acostumada com o antigo paternalismo dos empréstimos sem correção, não vê com bons olhos um sistema impessoal e imparcial. O povo, que não está acostumado com privilégios, aceita normalmente o sistema da correção monetária.” **Folha de São Paulo**. BNH quer construir mais em S. Paulo: há atraso. São Paulo, 1° de março de 1967. 1° cad. pag. 5.

<sup>60</sup> “Não é possível, a quem viva de salário, adquirir casas financiadas pelas autarquias, pois os índices de correção monetária vão impedir que os compromissos sejam saldados. Com o correr dos meses as dívidas serão aumentadas, alcançando montantes volumosos. O trabalhador hoje [ilegível] em qualquer dos planos da casa própria. Se for sorteado e tiver juízo, não arriscará transferir dívidas para seus netos e bisnetos, num total indefinido. Se o governo quiser realmente dar casas aos trabalhadores, deve esquecer a correção monetária. Do contrário estará dando dívidas cada vez maiores.” **Folha de São Paulo**. Casa própria: só críticas na câmara. São Paulo, terça-feira, 23 de maio de 1967, 1° caderno, p. 6.

<sup>61</sup> “Ao anunciar que a Caixa Econômica Federal abrirá, dentro de 45 a 60 dias, a sua Carteira de Casa Própria, com uma verba de 6 milhões de cruzeiros novos – sendo 1 milhão para reforma e ampliações e 5 para moradias, o sr. Paulo Salim Maluf. Presidente da CEF, disse que pretende adotar um sistema de correção monetária mais condizente com os níveis salariais da atualidade. Os termos da correção exposta pelo presidente da Caixa Econômica Federal – segundo de-clarou – estão em estudos, de que participam o Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Habitação.” **Folha de São Paulo**. CEF abrirá financiamento de casa com novo plano. São Paulo, 24 de mai. de 1967. 1° cad. pag. 6.

financiamento da casa própria deixou de ser reajustado pela correção monetária para ser corrigido pela variação do salário mínimo.<sup>62</sup>

Neste cenário no qual a correção monetária tornava-se central na vida dos brasileiros, foram criados cursos para suprir a demanda por profissionais qualificados para operar os cálculos advindos da indexação da moeda.<sup>63</sup>

Também surgia um novo tipo de depósito à vista que começou a ser atualizado pela correção monetária. Esta era uma das inovações do sistema financeiro nacional que, neste caso, tinham como objetivo financiar o BNH.<sup>64</sup>

Também percebemos que os juristas começaram um debate acerca da necessidade de revisão das indenizações. Assim procediam para que as mesmas pudessem ter o poder aquisitivo equivalente a que tinham quando foram decididas pela autoridade competente. Neste debate percebemos o conflito distributivo existente na sociedade.<sup>65</sup> Por outro lado, os funcionários federais continuavam sem ter seus salários corrigidos pela correção monetária. A justificativa de Costa e Silva era a falta de dinheiro e que tal ato aumentaria o déficit público, e afirmava que o “(...) governo federal não poderá fazer nenhuma correção monetária nos vencimentos do funcionalismo este ano, através de um aumento salarial, porque não tem dinheiro e o déficit do país, numa receita de 6 bilhões, vai além de 1 bilhão de cruzeiros novos.”<sup>66</sup> A outra face da realidade em que a economia brasileira estava inserida podia ser percebida no relatório da diretoria à assembléia geral ordinária da Companhia Seguradora do Brasil. Neste, liamos que o “capital da Companhia foi duplicado para

<sup>62</sup> “Financiamento da casa própria com correção monetária baseada no aumento do salário-mínimo – e não mais com base no aumento da taxa de inflação – é o novo plano de empréstimo habitacional que a Caixa Econômica Federal de São Paulo vai conceder a partir do dia 13 de agosto próximo.(...)”

O plano anterior exigia a correção monetária trimestral das prestações, com base à correção verificada nas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, índices que não acompanhavam o aumento salarial. Esse plano gerara intranquilidade entre os interessados e conseqüentemente desinteresse pelo financiamento – explicou o sr. Paulo Maluf. O sr. Paulo Maluf explicou que o financiamento atenderá com prioridade as habitações novas. “Com isso pretendemos atingir outro objetivo: o do pleno emprego do operário de construção civil e o da dinamização da produção de materiais destinados à construção” – disse. (...)” **Folha de São Paulo**. Empréstimos na CEF: correção anual. São Paulo, 21 de jun. de 1967. 1º cad. pag. 5.

<sup>63</sup> “O Departamento de Produtividade (DEPROV) da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em coordenação com o Fórum Roberto Simonsen e em colaboração com o Departamento de Economia das mesmas entidades, [...] fará realizar, a partir de 13 de julho p.f., o III Seminário sobre Correção Monetária das Contas do Capital Produtivo e do Ativo Imobilizado, em prosseguimento aos dois primeiros, ainda em andamento, a cargo do Prof. Fernando Nepomuceno Filho, especialista nessa matéria.” **Folha de São Paulo**. III Seminário sobre “correção monetária das contas do capital próprio e do ativo imobiliário. São Paulo, 5 de jul. de 1967. 1º cad. pag. 5.

<sup>64</sup> “A Caixa Econômica Federal de São Paulo, como Órgão integrante do Sistema Financeiro de Habitação, instituído pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, cumprindo o convênio celebrado com o Banco Nacional de Habitação, comunica aos interessados que autorizou recebimento de depósitos com correção monetária cujas condições principais são as seguintes (...)” **Folha de São Paulo**. Caixa Econômica Federal de São Paulo – Carteira de Habitação – Depósitos com Correção Monetária. São Paulo, 14 de julho de 1967, 1º cad., pag. 2.

<sup>65</sup> “Invocando a doutrina, com apoio em autorizados mestres, o julgado considera a ampliação atual do conceito de valor, acentuando que nosso país, nessa matéria, vem evoluindo sobremaneira. Aplica a correção monetária através de várias leis, como nas desapropriações, nos débitos fiscais, nos valores locativos, nos vencimentos e salários em acidentes de trabalho, etc. Enseja, por fim, uma escala móvel nas dívidas de valor em geral.

De uma das lições invocadas, extrai-se este trecho objetivo: “A inflação, como uma espécie de imposto indireto, beneficia o Estado. Mas não é justo que dela lucrem os particulares gananciosos, os especuladores que fazem fortuna à custa da miséria coletiva, da desgraça daqueles que vivem de salário e que são obrigados a restringir cada vez mais seu padrão de vida. O direito moderno com seu sentido paternalista, não tolera essa explicação.” **Folha de São Paulo**. Revisão das indenizações. São Paulo, 23 de julho de 1967, Ilustrada, pag. 2.

<sup>66</sup> **Folha de São Paulo**. Servidores federais sem aumento: não há dinheiro. São Paulo, 4 de setembro de 1967, 1º cad., pag. 3.

NCr\$ 6.000.000.00, mediante a incorporação da reserva de correção monetária e consequente bonificação de 100% em ações aos Srs. Acionistas.”<sup>67</sup>

Entretanto, diante do contexto existente, as reivindicações salariais continuavam e as críticas à correção monetária também. Certo é que a natureza da crítica que encontramos no periódico não é demasiadamente incisiva, mas ao analisá-lo, percebemos a insatisfação daqueles que mais eram prejudicados com a correção monetária. Este é o caso do Capitão do exército Nello Dallari que reclamava por não ter recebido os atrasados que tinha direito depois de ter sido reformado no ano de 1958, além disso, reclamava porque o valor atrasado não era reajustado pela correção monetária, e dizia: “A diferença que a receber, correspondente ao ano de 1959, é de aproximadamente 40 contos de réis (falando na moeda antiga). Pois bem, em 1959 eu podia comprar com essa importância uma geladeira. Recebendo-a agora sem correção monetária – o governo recebe mas não paga com correção – não poderei comprar senão um modesto ferro elétrico.”<sup>68</sup>

Quando terminava o ano em que estas notícias foram escritas, no dia 13 de dezembro, foi instaurado o quinto Ato Institucional. Este documento representou o aumento da repressão àqueles contrários à ditadura. Tal instrumento possibilitou que aumentasse a repressão militar às manifestações populares e reivindicações sindicais. Sobre este novo contexto foi dito que o “milagre brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.”<sup>69</sup> Neste novo momento, por um lado, foi aumentada a repressão à população exercida pela ditadura, por outro, houve um intenso crescimento econômico que, entretanto, seus benefícios só poderiam ser acessados por uma minoria da sociedade brasileira.

Durante o natal de 1968, as cadernetas de poupança reajustadas com a correção monetária eram dadas como presente por pais aos filhos.<sup>70</sup> Neste caso, já em 1970, quando a mãe mostrou para os filhos os rendimentos do investimento realizado, no dia primeiro de julho, ficou preocupada. Todos eles fizeram planos para comprar automóveis e a garagem de sua residência ficaria pequena. Entretanto, em outubro, sua preocupação passou, pois juntamente com os extratos de rendimentos chegou uma taxa de desconto de seis por cento sobre os juros.

No ano de 1971, Ricardo Fiuzza, deputado arenista pelo estado de Pernambuco, recorria à história econômica brasileira para defender a correção monetária e para mostrar como a mesma de-

<sup>67</sup> **Folha de São Paulo**. Companhia Seguradora do Brasil: Relatório da diretoria à assembléia geral ordinária. São Paulo, 16 de fev. de 1968. 1º cad. pag. 13

<sup>68</sup> **Folha de São Paulo**. Bendito atrasado. São Paulo, 20 de junho de 1968. 1º cad. pag. 4.

<sup>69</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13.

<sup>70</sup> “Após as entregas das cadernetas, fiz a eles uma espécie de explanação na base do “ajude o governo a ajudar você”, renda de seis por cento de juros ao ano e correção monetária etc, de acordo, aliás com uma das mais aparatosas e custosas propagandas feitas em jornais, revistas, rádios, televisão etc.” **Folha de São Paulo**. Cadernetas de poupança. São Paulo. 11 de dezembro de 1970. 1º cad. pag. 4.

fendia os empresários.<sup>71</sup> Por outro lado, o deputado emedebista, de outra orientação política, criticava contundentemente a correção monetária devido aos desvios que tal instrumento teve em relação aos seus objetivos iniciais.<sup>72</sup> Mas, assim como o deputado pernambucano, a Federação do Comércio também defendia a correção monetária, pois via neste instrumento uma boa forma de manter as transações financeiras realizadas pelo BNH.<sup>73</sup>

Durante o ano de 1972, o mecanismo da correção monetária continuava em cena. Por um lado, o projeto do deputado Siqueira Campos seria analisado no mês de abril deste ano. Neste, a político arenista havia proposto “a extensão da correção monetária ao débito do Governo Federal para com pessoas físicas ou jurídicas.” O Projeto recebia o apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais.<sup>74</sup> Por outro lado, Huber, o vice-presidente para o Brasil do *First National Bank of Boston*, estava muito otimista com o ritmo do desenvolvimento econômico brasileiro – o PIB havia crescido 11,3% no ano anterior – e acreditava que tal avanço continuaria durante os próximos anos. Também mostrava sua satisfação com a atuação do governo nas áreas de investimentos estrangeiros, câmbio e inflação. Quando se referiu à correção monetária, afirmava que “Esse mecanismo (...) distribui equitativamente os efeitos da inflação a todos os ramos da economia nacional. Nesse sistema ninguém ganha, mas ninguém perde.”<sup>75</sup>

Quando iniciava o ano de 1973, o ministro do interior Costa Cavalcanti, dizia que o BNH estava pronto para tomar medidas que auxiliassem o governo a reduzir a inflação de 15,72% para 12%. Uma destas medidas seria a redução da taxa da correção monetária de 20% para 12%. Através das palavras do ministro, podemos perceber o conflito distributivo existente em torno da correção monetária, quem possuía o privilégio deste reajuste não queria perdê-lo.<sup>76</sup>

Também líamos que as empregadas domésticas ganharam o direito de receber suas contribuições ao INPS somando juros e correção monetária, quando deixassem definitivamente a atividade

<sup>71</sup> “(...) para a compreensão do problema da correção monetária, método aplicado nas transações imobiliárias, necessário se faz retornar aos primórdios de nossa história econômica, registrando uma irreversível tendência para a alta de preços (...).

Entende o deputado arenista que a correção monetária surgiu como um instrumento corretivo necessário para a recuperação dos títulos a médio e longo prazo, para estimular a poupança pública, eliminação dos atrasos de pagamento de impostos, defesa dos empresários contra a ilusão dos lucros contábeis e complemento essencial da verdade tarifária e cambial.” **Folha de São Paulo**. Vantagens da correção monetária. São Paulo, 29 de abril de 1971. 3º cad. pag. 17.

<sup>72</sup> “O deputado Joel Ferreira (MDB-Amazonas), criticou a correção monetária sobre o preço de habitações construídas pelo BNH. Segundo o deputado emedebista, “a medida foi criada para conter a desenfreada especulação em torno de imóveis outrora existentes, que acabou por constituir elemento agravante do problema social em todo o país.” **Folha de São Paulo**. Criticada correção monetária. São Paulo, 25 de mai. de 1971. 1º cad. p. 23.

<sup>73</sup> “A entidade observou que “numa economia onde ainda existe inflação a única maneira viável para garantir os recursos do sistema contra uma perda de capacidade de investimento é a adoção da correção, cuja defesa por parte das autoridades do BNH é apoiada pelo empresariado comercial de São Paulo.” **Folha de São Paulo**. Comércio apóia correção monetária e elogia BNH. São Paulo. 5 de agosto de 1971. 1º cad. p.35.

<sup>74</sup> **Folha de São Paulo**. Correção em dívidas do Governo. São Paulo, 29 de fevereiro de 1972. 1º cad. pag. 23.

<sup>75</sup> **Folha de São Paulo**. Ritmo de progresso não cairá. São Paulo, 16 de abril de 1972. 1º cad. pag. 1.

<sup>76</sup> “O ministro fez questão de ressaltar, todavia, que há muita gente protestando contra a redução da correção monetária. “Eu tenho recebido dezenas de cartas de reclamação, enviadas pelos possuidores de cadernetas de poupança, que há dois anos recebiam 20% de correção monetária e que agora só terão 12%. O mesmo ocorre em relação aos sete milhões de trabalhadores que optaram pelo Fundo de Garantia, que também estão reclamando que 12% é muito pouco para creditar nas suas contas bancárias, a título de correção monetária. É o reverso da medalha.” **Folha de São Paulo**. BNH está preparado para seguir plano de contenção. São Paulo, 18 de janeiro de 1973. 3º cad. pag. 2.

de.<sup>77</sup> Pouco a pouco, percebemos que a correção monetária ia ganhando proporções cada vez maiores. Assim como afirmado por Reis Veloso e por nós explicitado na primeira parte deste artigo, a sementinha crescia rumo à indexação.

No ano de 1974, momento em que o crescimento do PIB foi de 14%, o último ano desta pesquisa, a política econômica do milagre brasileiro era noticiada internacionalmente. Os altos índices de crescimento econômico faziam com que os *policy makers* estrangeiros olhassem para o que estava ocorrendo na economia brasileira. Foi neste momento que a correção monetária foi coroada como um instrumento de política econômica inovador para atenuar a inflação e aumentar as taxas de crescimento.<sup>78</sup>

Devemos ressaltar o tom eufêmico de Milton Friedman. Em outra análise que realizou sobre o milagre brasileiro, o economista norte-americano soube relacioná-lo muito bem com a ditadura militar, todavia tenha se referido a ela como sendo um governo forte.<sup>79</sup> E, aproveitando o sucesso da política econômica brasileira no cenário internacional, Joelmir Beting também parabenizava o sucesso da inovação brasileira ocorrido no campo da teoria econômica.<sup>80</sup>

A viagem para os Estados Unidos do ilustre economista Delfim Neto também era noticiada. Segundo o diário, sua finalidade era debater com autoridades americanas sobre a correção monetária.

<sup>77</sup> “Em atenção à consulta de dona Beluniz Carvalho, desta capital, publicada na coluna “Cartas à Redação” desta data, informamos que as empregadas domésticas com mais de 60 anos de idade podem se inscrever como seguradas do INPS apenas para efeito de pecúlio, isto é, a interessada e seu empregador recolhem as respectivas contribuições que são devolvidas à segurada quando ela deixar definitivamente a atividade, acrescida de juros e correção monetária.” **Folha de São Paulo**. Resposta a Da. Beluniz. São Paulo, 16 de maio de 1973. 1º cad., p. 27.

<sup>78</sup> “Diz Friedman: “O milagre brasileiro data de 1967, quando a produção começou a aumentar a uma taxa aproximada de 10% ao ano. Os outros milagres, na Alemanha e no Japão, começaram com quase duas décadas de antecipação, pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Embora os três países sejam muito diferentes entre si em matéria de história, cultura, recursos e desenvolvimento tecnológico, há semelhanças extraordinárias entre os três.”

Em seguida afirma que os três “milagres econômicos” basearam-se fundamentalmente na empresa privada e que, nos três casos, o desenvolvimento – econômico ocorreu após períodos de desorganização econômica, intensificação dos controles de preços e salários, adotados para combater a inflação, e após terem sido adotadas reformas monetárias que substituíram os controles e permitiram o livre funcionamento do mercado.

Acentua o êxito obtido pelo Brasil através das medidas de “correção monetária” ou seja, modificações introduzidas no poder aquisitivo, tanto nas negociações financeiras como nos contratos trabalhistas e no pagamento de impostos e, embora seja alvo de críticas, apresenta: “Acredito que o milagre teria sido impossível sem a correção monetária. Com ela, consegue-se reduzir gradualmente a inflação de aproximadamente 15%, sem impedir um crescimento rápido. Com a correção monetária, o Brasil passa por uma distorção econômica menor, com 15% de inflação, que os Estados Unidos sem ela com 9%.” **Folha de São Paulo**. Friedman elogia a correção e crítica o controle de preços. São Paulo, 15 de janeiro de 1974. 1º cad. p. 23.

<sup>79</sup> “O economista Milton Friedman propôs uma “solução brasileira” para a inflação norte-americana que “no papel é absolutamente brilhante”, afirmou ontem o Wall Street Journal.

“[...] Propõe colocar toda a economia, tanto o setor público como o setor privado, dentro de um mecanismo de índice de preços.”

“Sua idéia surgiu quando, juntamente com o presidente da Junta da Reserva Arthur Burns, fez uma viagem ao Brasil e observou de perto o funcionamento do sistema de índices nesse país. A taxa inflacionária do Brasil foi reduzida de 30 para 15% ao ano durante um período de grande crescimento econômico. Apenas se pode presumir que o sistema de índices desempenhou um importante papel no êxito do combate à inflação no Brasil. Embora isso tenha sido feito, uma coisa é um governo forte impor um sistema de índices no Brasil e outra diferente é aplicar a mesma receita num sistema democrático e pluralista como o norte-americano.” **Folha de São Paulo**. A correção monetária não serve aos EUA. São Paulo, 10 de abr. de 1974. 1º cad. pag. 20. (grifo nosso)

<sup>80</sup> “A correção monetária, segundo o figurino tupiniquim, ganhou definitivamente o palco do debate internacional. Até recentemente, a correção monetária era objeto de simples tertúlias acadêmicas. Mas depois que a Assembléia Nacional da França recomendou o exame da experiência brasileira ao executivo francês e o professor Milton Friedman sugeriu à Casa Branca a importação do modelo brasileiro a correção monetária vai consumindo rios de tinta na imprensa americana e européia.” BETING, Joelmir. A fera na jaula. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de abril de 1974. 1º cad. pag. 24.

ria.<sup>81</sup> Por fim, no final do ano, o BNH criava uma nova política habitacional para o país, com modificações relevantes em relação ao seu momento de surgimento.<sup>82</sup>

Diante do apresentado nesta seção sobre a difusão do debate acerca da correção monetária na imprensa, podemos perceber que este instrumento de política econômica teve um expressivo espaço no cenário editorial e todas as classes sociais preocupavam-se com a desvalorização de seus rendimentos e queriam corrigi-lo. Quando não conseguiam realizar este objetivo, criticavam o instrumento de política econômica do governo.

Também foi possível notar nas páginas do diário *Folha de São Paulo* as diretrizes políticas da política econômica do regime militar. Em seu primeiro momento, entre 1964 e 1967, encontramos os traços do arrocho salarial, do privilégio dado pelo governo aos setores estratégicos e a importância que o BNH teve para a ativação da construção civil. Durante o “milagre econômico”, o segundo período da pesquisa, além da maior repressão e do crescimento, vimos como aos poucos a correção monetária foi tomando dimensões cada vez maiores e sendo reconhecida como uma inovação na teoria econômica realizada por brasileiros.

Assim, esperamos ter apresentado como a correção monetária estava inserida no debate da imprensa e como suas dimensões cresceram durante o período de 1964 até 1974, momento em que tal instrumento possibilitou grande concentração de renda.

#### 4. Considerações Finais

Na primeira seção deste artigo buscamos apresentar as tensões sociais do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que levaram à adoção da correção monetária como instrumento de política econômica. Não há dúvida que estas tensões eram nucleadas pelo crescimento econômico com a inflação, fenômeno existente nos países periféricos. E, num momento em que tal processo se exauriu, novos instrumentos de política econômica eram requeridos.

Já na segunda seção buscamos apresentar como foram difundidas as idéias econômicas em torno da correção monetária no diário *Folha de São Paulo*. Neste diário, pudemos ler como os integrantes de diferentes classes sociais se posicionaram perante a correção monetária, assim como vê-la sendo laureada no cenário econômico internacional como sendo uma inovação teórica.

---

<sup>81</sup> “O ex-ministro Delfim Neto, da Fazenda, embarcou ontem cedo em Viracopos com destino aos Estados Unidos, onde deverá permanecer por uma semana. Segundo declarações de Delfim, a viagem tem cunho estritamente pessoal, mas sabe-se que ele deverá manter contatos com autoridades das áreas financeiras e universitárias, nas cidades de Chicago e Nova York, onde debaterá com empresários o sistema de correção monetária, adotado no Brasil, depois de 1964, e que tem despertado curiosidade em vários países do mundo.” **Folha de São Paulo**. Delfim nos EUA. São Paulo, 8 de dez. de 1974. 1º cad. pag. 7.

<sup>82</sup> “Está concluído o esquema para a implantação, em janeiro próximo, de uma nova política habitacional no País. O novo programa mantém a correção monetária no processo de financiamento da casa própria, mas com a garantia de que essa correção jamais será superior aos índices de reajuste salarial.” **Folha de São Paulo**. Nova fórmula pode facilitar a casa própria. São Paulo. 7 de dez. de 1974, 1º cad., pag. 1.

Devemos lembrar também que não nos detivemos em torno do debate ocorrido entre os intérpretes da economia brasileira ou entre os *policy makers* do período. Mas podemos deixar assinalado que a correção monetária teve importante papel no debate entre as correntes ortodoxas e heterodoxas do pensamento econômico criado no Brasil.

Por fim, resta-nos buscar responder às perguntas que fizemos ao introduzir este artigo. E, depois de percorrer estas linhas, pensamos que Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello respondem muito bem quais foram às consequências da utilização da correção monetária quando comparam os estilos de desenvolvimento que estavam em jogo no Brasil até 1964 e aquele que se consolidou durante os anos do regime militar.

O que estava em jogo, isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos de igualdade social e de participação democrática dos cidadãos, cidadãos conscientes de seus direitos, educados, verdadeiramente autônomos, politicamente ativos. Portanto, 1964 representou a imposição, pela força, de uma das formas possíveis de sociedade capitalista.<sup>83</sup>

Ou seja, o desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil pós-1964, que teve como importante instrumento de política econômica a correção monetária, foi selvagem por não dar voz e direitos àqueles que o criticavam e plutocrático por concentrar a renda em uma pequena parcela da sociedade.

---

<sup>83</sup> João Manuel Cardoso de Mello; Fernando Antonio Novais. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP: Campinas: FACAMP, 2009. p. 53-54.

## 5. Referências

### *1. Fontes - Documentos*

BRASIL. Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966: (síntese). Rio de Janeiro: EPEA, 1964.

BRASIL. Senado Federal. Atos institucionais 1 a 6. Brasília, DF: [s.n.], [19- ].

FURTADO, Celso. **O plano trienal e o ministério do planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

### *Fontes Primárias – Periódicos – Diários - Folha de São Paulo*

**Folha de São Paulo.** Trabalhismo. São Paulo, 15 de setembro de 1964. 2º cad. pag. 4.

**Folha de São Paulo.** Correção Monetária. São Paulo, 29 de setembro de 1964. 1º cad. pag. 4.

**Folha de São Paulo.** Pedida correção monetária sobre o novo salário mínimo. São Paulo, 30 de jan. de 1965, 1º cad. pag. 8.

**Folha de São Paulo.** Finame poderá começar a operar na próxima semana. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad. p. 10.

**Folha de São Paulo.** Salários: Câmara vota a correção monetária hoje. São Paulo, 17 de fev. de 1965. 1º cad. pag. 8.

**Folha de São Paulo.** Maiores desvios do PAEG ocorreram no balanço de pagamentos. São Paulo. 13 de mai. de 1966, 1º cad. pag., 16.

**Folha de São Paulo.** FIESP debate Resolução 21 e fixa a posição da indústria. São Paulo, 7 de abril de 1966. 1º cad. pag. 11.

**Folha de São Paulo.** BNH quer construir mais em S. Paulo: há atraso. São Paulo, 1º de março de 1967. 1º cad. pag. 5.

**Folha de São Paulo.** Casa própria: só críticas na câmara. São Paulo, terça-feira, 23 de maio de 1967, 1º caderno, p. 6.

**Folha de São Paulo.** CEF abrirá financiamento de casa com novo plano. São Paulo, 24 de mai. de 1967. 1º cad. pag. 6.

**Folha de São Paulo.** Empréstimos na CEF: correção anual. São Paulo, 21 de jun. de 1967. 1º cad. pag. 5.

**Folha de São Paulo.** III Seminário sobre “correção monetária das contas do capital próprio e do ativo imobiliário. São Paulo, 5 de jul. de 1967. 1º cad. pag. 5.

**Folha de São Paulo.** Caixa Econômica Federal de São Paulo – Carteira de Habitação – Depósitos com Correção Monetária. São Paulo, 14 de julho de 1967, 1º cad., pag. 2.

**Folha de São Paulo.** Revisão das indenizações. São Paulo, 23 de julho de 1967, Ilustrada, pag. 2.

**Folha de São Paulo.** Servidores federais sem aumento: não há dinheiro. São Paulo, 4 de setembro de 1967, 1º cad., pag. 3.



- Folha de São Paulo.** Companhia Seguradora do Brasil: Relatório da diretoria à assembléia geral ordinária. São Paulo, 16 de fev. de 1968. 1º cad. pag. 13
- Folha de São Paulo.** Bendito atrasado. São Paulo, 20 de junho de 1968. 1º cad. pag. 4.
- Folha de São Paulo.** Cadernetas de poupança. São Paulo. 11 de dezembro de 1970. 1º cad. pag. 4.
- Folha de São Paulo.** Vantagens da correção monetária. São Paulo, 29 de abril de 1971. 3º cad. pag. 17.
- Folha de São Paulo.** Criticada correção monetária. São Paulo, 25 de mai. de 1971. 1º cad. p. 23.
- Folha de São Paulo.** Comércio apóia correção monetária e elogia BNH. São Paulo. 5 de agosto de 1971. 1º cad. p.35.
- Folha de São Paulo.** Correção em dívidas do Governo. São Paulo, 29 de fevereiro de 1972. 1º cad. pag. 23.
- Folha de São Paulo.** Ritmo de progresso não cairá. São Paulo, 16 de abril de 1972. 1º cad. pag. 1.
- Folha de São Paulo.** BNH está preparado para seguir plano de contenção. São Paulo, 18 de janeiro de 1973. 3º cad. pag. 2.
- Folha de São Paulo.** Resposta a Da. Beluniz. São Paulo, 16 de maio de 1973. 1º cad., p. 27.
- Folha de São Paulo.** Friedman elogia a correção e critica o controle de preços. São Paulo, 15 de janeiro de 1974. 1º cad. p. 23.
- Folha de São Paulo.** A correção monetária não serve aos EUA. São Paulo, 10 de abr. de 1974. 1º cad. pag. 20. (grifo nosso)
- BETING, Joelmir. A fera na jaula. In: **Folha de São Paulo.** São Paulo, 16 de abril de 1974. 1º cad. pag. 24.
- Folha de São Paulo.** Delfim nos EUA. São Paulo, 8 de dez. de 1974. 1º cad. pag. 7.
- Folha de São Paulo.** Nova fórmula pode facilitar a casa própria. São Paulo. 7 de dez. de 1974, 1º cad., pag. 1.

## 2. *Obras de referência*

- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. “O Estado Brasileiro e os Limites da Estatização”. In: **Ensaio de Opinião**, nº 2-3, 1977.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. As conseqüências do Neoliberalismo. In: **Economia e Sociedade.** Campinas, (1): 59-67, ago. 1992.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP: Campinas: FACAMP, 2009.
- RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. I.
- TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

- TAVARES, Maria da Conceição. Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente. In: **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1985.

### 3. Bibliografia Geral

- ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **As reformas financeiras de 1964-65: objetivos, rumos e desvios**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1984. (Texto para Discussão, n. 59), p. 23.
- CHACEL, Julian M.; SIMONSEN, Mario Henrique; WALD, Arnoldo. **A correção monetária**. Rio de Janeiro, RJ: APEC, 1976.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2009.
- GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- KEYNES, John Maynard. Consequências das alterações no valor da moeda para a sociedade. In: **John Maynard Keynes: economia** / organizador: Tamás Szmrecsányi: 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- MADI, Maria Alejandra Caporale (autor); AURELIANO, Liana Maria (orient.). **A vanguarda do pensamento conservador: um estudo sobre as idéias econômicas de Roberto Campos no período 1950-1964**. 1985. 232f Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.
- PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In: Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1: 1994: Florianópolis, SC). **Pensamento de Ignácio Rangel** / apresentadores Domar Campos. [et al]; Armen Mamigonian, org. - Florianópolis: UFSC, PPGG, 1997.
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. In: **Nova Economia**. v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998.
- PINTO, Aníbal. Notas sobre los estilos de desarrollo en América Latina. In: **Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados**. Volumen II. México: Fondo de Cultura Económica / Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TEMPOS modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Co-autoria de Maria Celina D'Araujo, Celso Correa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 1997.